



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP ENG FABRÍCIO RUI DE SOUZA MACHADO

**AS SEMELHANÇAS EXISTENTES ENTRE AS ATIVIDADES DO CHEFE DA 3ª
SEÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO COM
OS TRABALHOS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS DE
EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL**

**Rio de Janeiro
2019**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP ENG FABRÍCIO RUI DE SOUZA MACHADO

AS SEMELHANÇAS EXISTENTES ENTRE AS ATIVIDADES DO CHEFE DA 3ª SEÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO COM OS TRABALHOS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL.

Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em Gestão Operacional.

**Rio de Janeiro
2019**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEX - DESMI
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)**

ASSESSORIA DE PESQUISA E DOCTRINA / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: **CAP ENG FABRÍCIO RUI DE SOUZA MACHADO**

Título: **AS SEMELHANÇAS EXISTENTES ENTRE AS ATIVIDADES DO CHEFE DA 3ª SEÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO COM OS TRABALHOS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Gestão Operacional, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____ / _____ / _____ CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
_____ LUÍS AUGUSTO LOPES JUNIOR - Cap Presidente da Comissão e Orientador	
_____ ELVIS BARBOSA DE LIMA - Cap 1º Membro	
_____ FRANCISCO HAMILTON SOUSA JUNIOR - Cap 2º Membro e Orientador	

FABRÍCIO RUI DE SOUZA MACHADO – Cap
 Aluno

AS SEMELHANÇAS EXISTENTES ENTRE AS ATIVIDADES DO CHEFE DA 3ª SEÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO COM OS TRABALHOS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Fabício Rui de Souza Machado¹
Luís Augusto Lopes Junior²

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso pretende contribuir com a missão do Exército Brasileiro através da promoção da operacionalidade ao analisar a gestão do ensino da instrução militar. Desta maneira, buscou-se demonstrar que o Chefe da 3ª Seção (S3) das Organizações Militares do Exército Brasileiro desempenha a função de Coordenador Pedagógico das instruções militares. Para tanto, foi realizado uma pesquisa bibliográfica para descrever atribuições realizadas pelo S3 relativas à instrução militar e as tarefas desempenhadas pelo Coordenador Pedagógico da escola de ensino básico no país. Em seguida, foi comparada as incumbências de ambos os ofícios, para então verificar as similaridades e, por fim, analisar os possíveis ganhos que se pode adquirir ao conhecer melhor os dois cargos.

Palavras-chave: Gestão do ensino, S3, Coordenador Pedagógico.

RESUME

This course completion paper intends to contribute to the mission of the Brazilian Army by promoting operationality by analyzing the management of military instruction teaching. Thus, we tried to demonstrate that the Chief of the 3rd Section (S3) of the Military Organizations of the Brazilian Army performs the function of Pedagogical Coordinator of the military instructions. To this end, a bibliographic search was performed to describe attributions made by S3 related to military instruction and the tasks performed by the Pedagogical Coordinator of the elementary school in the country. Then, the duties of both offices were compared, to then verify the similarities and, finally, to analyze the possible gains that can be gained by knowing the two positions better.

Keywords: Teaching management, S3, Pedagogical Coordinator.

¹ Autor: Capitão da Arma de Engenharia. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2010. Especialista em Coordenação Pedagógica pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL) em 2018.

² Orientador: Capitão da Arma de Engenharia. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2006. Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Gestão Operacional pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2015.

1 INTRODUÇÃO

Após a especialização lato sensu em Coordenação Pedagógica deste pesquisador, que integra a área do conhecimento Educação, conheceu-se as atribuições do Coordenador Pedagógico, principalmente nas escolas de ensino básico (infantil, fundamental e médio). Assim, compreendeu-se o valor da função deste profissional para a facilitação do processo ensino-aprendizagem dos alunos.

A vivência profissional nos corpos de tropa ao longo de oito anos, dos quais a maior parte deste tempo foi dedicada a formação dos profissionais militares, permitiu observar os trabalhos do chefe da 3ª seção (S3) da organização militar do Exército Brasileiro. Nesta oportunidade, verificou-se que o S3 desempenha, dentre outras atividades, às relativas a instrução militar das unidades

Esta observação, dos trabalhos desempenhados pelo S3, aliada a percepção da serventia da contribuição desempenhada através dos trabalhos do Coordenador Pedagógico ao aprendizado dos alunos da escola de ensino regular, trouxe a reflexão o questionamento se o responsável pela direção da instrução militar das organizações militares do Exército Brasileiro está atuando dentro das concepções pedagógicas atuais atribuídas ao Coordenador Pedagógico das escolas de ensino básico.

Neste escopo, esta pesquisa buscará comparar as ações desempenhadas pelo Coordenador Pedagógico com as atribuições relativas à instrução militar desempenhadas pelo S3 das organizações militares do Exército Brasileiro. Através desta comparação, espera-se com este trabalho compreender a relevância do trabalho realizado pelo chefe da 3ª Seção no processo ensino-aprendizagem da instrução militar para os integrantes das organizações militares e, posteriormente, sugerir ações realizadas pelo Coordenador Pedagógico que possam ser adotadas pelo S3 para aperfeiçoar o processo de ensino aprendizagem da instrução militar.

1.1 PROBLEMA

O conhecimento de noções de Coordenação Pedagógica pode auxiliar no processo de ensino-aprendizagem da instrução militar do exército brasileiro?

Existe um responsável pela aplicação da Coordenação Pedagógica nas Organizações Militares do Exército Brasileiro?

1.2 OBJETIVOS

Comparar as atividades do chefe da 3ª seção de uma organização militar do Exército Brasileiro com as atividades do Coordenador Pedagógico de uma escola de ensino básico regular do país.

Visando o sequenciamento das ideias para se chegar ao objetivo geral citado, antes serão atingidos os seguintes objetivos específicos:

a) Identificar as atividades do chefe da 3ª seção de uma organização militar do Exército Brasileiro;

b) Identificar as atividades do Coordenador Pedagógico de uma escola de ensino básico regular no país;

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

O Exército Brasileiro tem por missão:

- Contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais, e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social.

- Para isso, preparar a F Ter³, mantendo-a em permanente estado de prontidão. (EB20-MF-10.101, 2014, p. 3-3⁴)

Para que a missão do Exército Brasileiro (EB) continue sendo concretizada, é fundamental que seu preparo permaneça adequado a sua função. Neste escopo, ressalta-se a relevância da instrução militar na capacidade operacional da força terrestre.

³ Força Terrestre;

⁴ Manual de Fundamentos: O Exército Brasileiro;

No entanto, verifica-se que o sistema de instrução militar, que se destina ao adestramento da tropa como instrumento de combate, coordenado pelo Comando de Operações Terrestre (COTER), é conduzido por estruturas não especializadas conforme Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB, p. 2-2).

Portanto, esta pesquisa nasceu com o objetivo de fomentar o profissionalismo ao Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro através da aplicação de preceitos já existentes na instituição com a adição das ações realizadas pelo Coordenador pedagógico de uma escola de ensino básico do país.

Desta forma, serão apresentadas nesta pesquisa ações previstas e regulamentadas no Exército, desempenhadas pelo Chefe da 3ª Seção de Organização Militar (OM) do EB, e atividades realizadas pelo Coordenador Pedagógico do ensino básico. Assim, espera-se constatar procedimentos que o Coordenador Pedagógico realiza que poderão ser realizadas pelo S3 em favor do ensino da instrução militar.

2 METODOLOGIA

Sendo o campo da coordenação pedagógica uma área do conhecimento que não se enquadra nas ciências exatas, pautada em teorias pedagógicas e a constatação da riqueza de fontes referentes a essa atividade, verifica-se que a opção pelo método da pesquisa bibliográfica enseja a escolha mais viável para a apuração deste conhecimento. Aliado a isso, será aplicada a pesquisa descritiva utilizando-se o método comparativo para verificar as semelhanças e diferenças entre as atividades desempenhadas pelo S3 e pelo Coordenador Pedagógico.

Além disso, esta pesquisa será fundamentalmente qualitativa, uma vez que serão utilizados argumentos extraídos de fontes documentais sobre as duas funções, comparando-as para se alinhar intuitivamente e então alcançar as conclusões.

Desta forma, serão colhidos preceitos dos teóricos da disciplina pedagógica para embasar o trabalho realizado por esses profissionais, sabendo que não há uniformização rígida de procedimentos realizados pelos coordenadores pedagógicos das escolas de ensino básicos do país, em virtude das

características próprias, individuais, de cada um desses estabelecimentos de ensino.

Além disso, serão expostas as atividades relacionadas a instrução militar que devem ser exercidas pelo provável responsável pela coordenação pedagógica das organizações militares do Exército Brasileiro, previstas na legislação pertinente.

Ao final, espera-se comprovar a hipótese de que o S3 é o responsável pela coordenação pedagógica das organizações militares do Exército Brasileiro, portanto, ele pode contribuir decisivamente para o processo de ensino-aprendizagem da instrução militar ao realizar ações previstas na legislação da instituição somadas a atividades desenvolvidas pelo coordenador pedagógico das escolas de ensino básico.

2.1 REVISÃO DE LITERATURA

Dentre os documentos oficiais do Exército Brasileiro, o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG, 2003) destaca-se como a principal fonte de coleta de dados referentes aos cargos e funções das unidades dos corpos de tropa do Exército Brasileiro (EB). Desta forma, servirá a este trabalho como principal fonte de consulta para obtenção das atribuições do S3 das organizações militares do EB.

Neste regulamento, encontra-se o caput do Art. 30 que esclarece que o responsável por auxiliar o comandante da organização militar na elaboração e supervisão da instrução militar é o Chefe da 3ª Seção, o S3. Prosseguindo em seu Art. 31, relata suas incumbências:

I - planejar, organizar e coordenar, mediante determinação do Cmt⁵ U⁶ e com base nas diretrizes do escalão superior, toda a instrução da unidade;

II - organizar e manter em dia o registro da instrução de quadros;

III - superintender a distribuição e o emprego dos meios auxiliares de instrução;

IV - organizar e relacionar o arquivo de toda a documentação de instrução, para facilitar consultas e inspeções;

V - planejar e realizar a seleção das praças que devam ser matriculadas nos diversos cursos, em colaboração com o S1;

⁵ Comandante;

⁶ Unidade, Organização Militar;

- VI - organizar as cerimônias militares, em coordenação com outros oficiais do EM/U;
- VII - elaborar os documentos de instrução de sua responsabilidade e submetê-los à aprovação do Cmt U;
- VIII - reunir dados que permitam ao Cmt U acompanhar e avaliar o desenvolvimento da instrução da unidade;
- IX - preparar e coordenar os planos para:
 - a) distribuição do pessoal recém-incluído no efetivo da unidade, com
 - a colaboração do S1;
 - b) emprego e consumo dos meios auxiliares de instrução; e
 - c) funcionamento dos diversos cursos e estágios da unidade;
- X - fiscalizar a instrução, a fim de propor medidas para obter o melhor rendimento da atividade;
- XI - coordenar as atividades dos responsáveis pelos diversos ramos de instrução, tendo em vista a produção de notas, quadros e outros elementos para a sala de instrução da unidade;
- XII - propor, com a colaboração do S1, a qualificação das praças de acordo com os resultados alcançados ao término do período de instrução individual;
- XIII - elaborar instruções e planos de segurança e defesa do quartel, com a cooperação do S2;
- XIV - coordenar as palestras sobre prevenção de acidentes na instrução e em atividades de risco a serem ministradas pelos O Prv Acdt;
- XV - coordenar e verificar, com a colaboração dos diversos O Prv Acdt da unidade, a previsão e o cumprimento das prescrições de prevenção de acidentes em todas as atividades de instrução;
- XVI - ter a seu encargo, sob a orientação do Cmt U, os estudos e as atividades de planejamento da GLO, auxiliado pelos demais componentes do EM;
- XVII - preparar a documentação de operações e coordenar a elaboração daquela que não for de sua responsabilidade direta;
- XVIII - autenticar todos os livros relativos à instrução; e
- XIX - responsabilizar-se pela carga do material distribuído à sua seção.

Além do exposto no RISG⁷, dentre as funções relativas à instrução militar, verifica-se em (SIMEB, 2019, item 2.12.4) que o chefe da 3ª Seção assessora o Diretor de Instrução, Cmt de OM, na orientação, planejamento, fiscalização da execução da instrução, tendo também a incumbência de corrigir os erros e as distorções que por ventura ocorram.

Verifica-se também em SIMEB 2019, que:

2.12.4.1 A coordenação da instrução na OM é conduzida pelo S/3 a fim de que os objetivos sejam alcançados de forma harmônica, equilibrada e consentânea com prazos, segurança e interesses conjunturais.

Desta forma, para o planejamento da Instrução Militar no âmbito da OM, o S3 como assessor do Diretor deve observar as diretrizes do escalão superior, que normalmente expressarão: prazos para atingir determinados objetivos, e ênfase

⁷ Regulamento Interno e dos Serviços Gerais;

em determinados objetivos. Também deve observar a disponibilidade de pessoal para ministrar a instrução, as características das áreas e instalações disponíveis para os exercícios, os meios auxiliares de instrução existentes, a existência de recursos financeiros, munição e combustível destinados à aprendizagem, as possíveis restrições e limitações existentes que dificultam a realização dos exercícios e o tempo disponível para a realização das atividades. Ainda, deve aplicar os preceitos existentes no Programa de Instrução Individual, que é a padronização da instrução individual.

Ainda no planejamento da instrução, a direção deve selecionar os Objetivos de Instrução Individual (OII) julgados principais para que a equipe de educadores priorize atingir esses OII escolhidos (SIMEB 2019, p. 3-15).

Quando a direção julgar necessário, deverá haver também a orientação quanto a interpretação de determinados OII, definindo assim:

- 1) os Objetivos Intermediários que deverão ser alcançados;
- 2) o Processo de Instrução mais adequado; e
- 3) a carga horária necessária para alcançar os objetivos intermediários levantados, e os respectivos OII. (SIMEB, 2019, p. 3-16)

Dentro do escopo das atribuições relativas à instrução militar, o S3 deve planejar todos os cursos da unidade, conforme inciso I, do Art. 31, do RISG. Portanto, cabe ao S3 preparar o Quadro de Desenvolvimento da Instrução, que “é um cronograma de concretização dos OII, orientando os Comandantes de Subunidades e Diretor do Curso de Formação de Cabos (CFC) para o planejamento da instrução no nível Escola de Instrução, e elaboração da programação semanal” (SIMEB, 2019, p. 3-16). Desta forma, o S3 envia aos comandantes (Cmt) de companhia (Cia), que são os chefes da equipe de educadores de suas subunidades, um quadro com os OII de cada matéria que devem ser perseguidos nas respectivas semanas, incluindo o tempo previsto para se atingir os objetivos. Assim, os Cmt de subunidades poderão confeccionar a programação do curso em cada semana, o Quadro de Trabalho Semanal (QTS). Além disso, a confecção do Quadro de Desenvolvimento da Instrução resume-se em uma ferramenta para o planejamento de todo o período da instrução, em virtude de que na planilha geral de todo o período, o S3 pode reservar determinados tempos para atividades administrativas, escalas de serviço, formaturas, solenidades, feriados e outras situações que poderiam comprometer o planejamento do curso se não tivessem sido verificadas com antecedência. Segue

no Anexo “B” um exemplo de Quadro de Desenvolvimento da Instrução, retirado de SIMEB, edição 2019, p. 3-18 e 3-19.

Caso a Direção considere necessário, o S3 deverá emitir a Diretriz Semanal de Instrução para coordenar as atividades das escolas de instrução, subunidades, no que concerne principalmente a: distribuição dos meios auxiliares de instrução e a designação dos locais das atividades. Essa diretriz também pode ser emitida cobrindo período maior, conforme SIMEB (2019, p. 3-20). Desta forma, evita-se que determinado ensinamento que necessita, por exemplo de um determinado meio auxiliar de instrução escasso, seja planejada para ser realizada no mesmo momento por subunidades diferentes, levando ao prejuízo no aprendizado pela falta do material.

O S3 no exercício da gestão educacional deve manter a atenção para que não ocorra excesso de apreço a emissão de documentação de controle. A gestão da instrução pode pedir a elaboração de relatórios, fichas, mapas e gráficos no entanto, o excesso de formalismo pode prejudicar a montagem das atividades e conseqüentemente a aprendizagem, portanto o S3 deve ter em mente que " a ação de presença da Direção de Instrução nas atividades em curso constitui a forma mais prática e eficaz de acompanhamento, orientação e controle" (SIMEB, p. 3-30).

“Normalmente, o S3 é o encarregado da programação semanal da instrução de quadros”, QTS (Anexo C) das atividades ministradas a todos os militares do efetivo profissional da OM. Esse quadro sintetiza as atividades de instrução com seus respectivos dias, horários, instrutores, turmas, local e objetivos. Assim como a diretriz de instrução, o quadro de trabalho também pode abranger períodos quinzenais, mensais e até mesmo a fase completa (SIMEB, 2019, p. 3-24).

O SIMEB (2019) traz dentro da metodologia para a instrução militar em seu capítulo 3, dois importantes instrumentos que devem ser realizados na busca da qualidade da instrução que são: a avaliação e o registro da instrução.

“A avaliação da instrução é feita através da verificação do desempenho individual do instruendo em termos de realização satisfatória dos OII” (SIMEB 2019, p. 3-31). Os Objetivos Individuais de Instrução (OII) referentes a execução de tarefas deverão ser avaliados. Desta forma, busca-se que todos os instruendos alcancem, pelo menos, os padrões mínimos estipulados pelo Programa Padrão (PP).

Além disso, é prevista a avaliação dos OII da área afetiva, que são atributos atitudinais como responsabilidade, liderança e iniciativa. Os atributos poderão ser avaliados no decorrer do ano de instrução, SIMEB (2019, p. 3-31).

O registro da instrução será realizado através de dois instrumentos: a Ficha de Controle da Instrução e do Quadro de Trabalho Semanal (QTS). As Fichas de Controle da Instrução (FIB⁸, FIQ⁹ e FAAT¹⁰, conforme os PP¹¹) devem ser preenchidas pelo instrutor, essas fichas consolidam informações que permitirão:

- a) habilitar o instruendo para o exercício de determinadas funções ou para ocuparem determinados cargos ao final de cada fase do período, de curso ou de estágio sem a necessidade de realização de exames, testes, provas etc.
- b) Acompanhar o desenvolvimento da instrução; a qualquer momento pode-se proceder a um levantamento quantitativo, percentual ou nominal, dos instruendos que atingiram ou não determinados OII.
- c) Levantar dados estatísticos que permitam avaliar e validar os programas de instrução. (SIMEB, edição 2019, p. 3-35)

Já para o QTS servir de registro, o instrutor, após a sessão de instrução, deverá lançar no verso do QTS as alterações ocorridas com os empecilhos para o alcance dos objetivos e rubricá-los, ou simplesmente rubricar no campo “Obs”, quando não houver alterações. Com essa informação, o Cmt de Subunidade (SU), Diretor da Escola de Instrução, “deverá lançar no QTS sua decisão ou providências necessárias para recuperação complementar ou reprogramação da instrução que tenha sido assinalada como não tendo atingido seus objetivos.” (SIMEB 2019, p. 3-35).

Outro procedimento previsto no SIMEB (2019) é a confecção do Relatório de Instrução ao final do Período de Instrução Individual. Através dos apontamentos constantes neste documento, por exemplo, com a anotação dos relatórios estatísticos de alcance dos objetivos das instruções gerais das diversas matérias, e da observação dos fatores que contribuíram para o sucesso ou prejuízo do ensino, a Direção da Instrução poderá realizar planejamentos mais adequados para as próximas turmas. Desta forma, este documento servirá para aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem da Organização Militar (OM).

Dentre a literatura utilizada pelo S3 para fiscalizar a instrução “a fim de propor medidas para obter o melhor rendimento da atividade” (RISG, 2004, p. 27),

⁸ Ficha de Controle da Instrução Individual Básica;

⁹ Ficha de Controle da Instrução Individual de Qualificação;

¹⁰ Ficha de Avaliação de Atributos;

¹¹ Programa-Padrão;

o S3 deve ter conhecimento do PPB¹², PPQ¹³, SIMEB, IGTAEx¹⁴, IRTAEx¹⁵, Manual de TFM¹⁶, Caderno de Instrução de Prevenção de Acidentes e Gerenciamento de Risco nas Atividades Militares (EB70-CI-11.423).

Já na literatura da pedagogia, o autor José Carlos Libâneo, em *Organização e gestão da escola: teoria e prática*, em sua 5ª edição servirá como principal fonte de dados para apreensão das atribuições da coordenação pedagógica. Nesta obra, ele cita as incumbências do Coordenador Pedagógico (p 219):

1. Responder por todas as atividades pedagógico-didáticas e curriculares da escola e pelo acompanhamento das atividades de sala de aula, visando a níveis satisfatórios de qualidade cognitiva e operativa do processo de ensino e aprendizagem.
2. Supervisionar a elaboração de diagnósticos e projetos para a elaboração do projeto pedagógico-curricular da escola e outros planos e projetos.
3. Propor para discussão, junto ao corpo docente, o projeto pedagógico-curricular da unidade escolar.
4. Orientar a organização curricular e o desenvolvimento do currículo, incluindo a assistência direta aos professores na elaboração dos planos de ensino, escolha de livros didáticos, práticas de avaliação da aprendizagem.
5. Prestar assistência pedagógico-didática direta aos professores, acompanhar e supervisionar suas atividades tais como: desenvolvimento de competências metodológicas, práticas avaliativas, gestão da classe, orientação da aprendizagem, diagnóstico de dificuldades, etc.
6. Coordenar reuniões pedagógicas e entrevistas com professores visando a promover inter-relação horizontal e vertical entre disciplinas, estimular a realização de projetos conjuntos entre os professores, diagnosticar problemas de ensino e aprendizagem e adotar medidas pedagógicas preventivas, adequar conteúdos, metodologias e práticas avaliativas.
7. Organizar as turmas de aluno, designar professores para as turmas, elaborar o horário escolar, planejar e coordenar o Conselho de Classe.
8. Propor e coordenar atividades de formação continuada e de desenvolvimento profissional dos professores.
9. Elaborar e executar programas e atividades com pais e comunidade, especialmente de cunho científico e cultural.
10. Acompanhar o processo de avaliação da aprendizagem (procedimentos, resultados, formas de superação de problemas, etc.).
11. Cuidar da avaliação processual do corpo docente.
12. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do plano pedagógico-curricular e dos planos de ensino e outras formas de avaliação institucional.

¹² Programa Padrão Básico;

¹³ Programa Padrão de Qualificação;

¹⁴ Instruções Gerais de Tiro com o Armamento do Exército;

¹⁵ Instruções Reguladoras de Tiro com o Armamento do Exército;

¹⁶ Treinamento Físico Militar;

Além disso, sabe-se que a coordenação do trabalho pedagógico surgiu, essencialmente, para favorecer a aprendizagem dos alunos. Desta forma, Rangel (2002, p. 76-77) define o ato de coordenar da seguinte forma:

Coordenação é organizar em comum, é prever e prover momentos de integração do trabalho, entre as diversas disciplinas, numa mesma série, e na mesma disciplina, em todas as séries, aplicando-se a diferentes atividades, a exemplo da avaliação e elaboração de programas, de planos de curso, da seleção de livros didáticos, da identificação de problemas que se manifestam no cotidiano do trabalho, solicitando estudo e definição de critérios que fundamentem soluções.

Vale ressaltar que este trabalho dará destaque também a realização do Projeto Político Pedagógico (PPP) e da avaliação da aprendizagem que são duas atribuições do Coordenador pedagógico das escolas para auxiliar a coordenação e supervisão do ensino.

Sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP), considera-se que ele é um documento que expressa a trajetória e os objetivos do trabalho educativo da escola, indicando a forma de gestão e os processos de ensino utilizados, com seus fundamentos teóricos e metodológicos. Assim, Veiga (1995, p. 13) relata:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

Segundo Libâneo (2004, p. 37), para que ocorra uma competente gestão do ensino, é preciso:

Elaboração e execução do planejamento escolar: projeto pedagógico-curricular, planos de ensino, plano de aula.

Organização e distribuição do espaço físico, qualidade e adequação dos equipamentos da escola e das demais condições materiais e didáticas.

Estrutura organizacional e normas regimentais e disciplinares.

Habilidades de participação e intervenção em reuniões de professores, conselho de classe, encontros, e em outras ações de formação continuada no trabalho.

Atitudes necessárias à participação solidária e responsável na gestão da escola como cooperação, solidariedade, responsabilidade, respeito mútuo, diálogo.

Habilidades para obter informação em várias fontes, inclusive nos meios de comunicação e informática.

Elaboração e desenvolvimento de projetos de investigação.

Princípios e práticas de avaliação institucional e avaliação da aprendizagem dos alunos.

Noções sobre financiamento da educação e controles contábeis, assim como formas de participação na utilização e controle dos recursos financeiros recebidos pela escola.

Ainda na gestão do ensino, Saviani (1987, p. 24) acrescenta que o planejamento através da reflexão da realidade proporciona avaliar conteúdos trabalhados e estratégias executadas para a aprendizagem dos alunos. Outro viés do uso do planejamento é que possibilita definir objetivos conforme as diretrizes da educação vigentes. Continuando, Libâneo (2004, p. 149) expressa o seguinte sobre planejamento:

Atividade de previsão da ação a ser realizada, implicando definição de necessidades a atender, objetivos a atingir dentro das possibilidades, procedimentos e recursos a serem empregados, tempo de execução e formas de avaliação. O processo e o exercício de planejar referem-se a uma antecipação da prática, de modo a prever e programar as ações e os resultados desejados, constituindo-se numa atividade necessária à tomada de decisões.

Prosseguindo na organização, Libâneo (1994, p. 225) versa sobre o Plano da Escola, Plano de Ensino e Plano de Aula:

O plano da escola é um documento mais global; expressa orientações gerais que sintetizam, de um lado, as ligações da escola com o sistema escolar mais amplo, e, de outro, as ligações do projeto pedagógico da escola com os planos de ensino propriamente ditos. O plano de ensino (ou plano de unidades) é a previsão dos objetivos e tarefas do trabalho docente para um ano ou semestre; é um documento mais elaborado, dividido por unidades sequenciais, no qual aparecem objetivos específicos, conteúdos e desenvolvimento metodológico. O plano de aula é a previsão do desenvolvimento do conteúdo para uma aula ou conjunto de aulas e tem um caráter bastante específico.

O Currículo Escolar é outro elemento usado na gestão do ensino. Ele apresenta fundamental importância para a escola, pois define o que será ensinado e conforme listado por Libâneo (2004, p. 219), o Coordenador Pedagógico orienta os professores na construção deste documento. Assim, para a compreensão do currículo, Fourquin (2000, p. 48) define-o como:

o conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos (saberes, competências, representações, tendências, valores) transmitidos (de modo explícito ou implícito) nas práticas pedagógicas e nas situações de escolarização, isto é, tudo aquilo que poderíamos chamar de dimensão cognitiva e cultural da educação escolar.

Deve haver também, para uma eficiente assimilação do ensino, a avaliação da aprendizagem que se relaciona com a aprendizagem dos alunos e também com a eficiência do ensino realizado pelo professor. Portanto, configura-se como uma oportuna ferramenta para orientar continuamente a ação de ensinar, devido a sua relevância, Libâneo (2004, p. 219) citou que o Coordenador Pedagógico deve

acompanhar esse meio. Em seguida, verifica-se que Libâneo (1994, p. 196) define o processo de avaliação como:

um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes.

Apesar da essencial relevância da avaliação da aprendizagem, os gestores do ensino não devem supervalorizar seus resultados formais obtidos, precisam também considerar os conhecimentos demonstrados pelos alunos que refletem o aprendizado de determinado conteúdo. Dessa maneira, o Conselho de Classe se torna uma ferramenta indispensável para que os profissionais do ensino tenham a oportunidade de se reunir com a finalidade de analisar se determinado estudante demonstra evidências de que absorveu o conteúdo dirigido ou não.

Partindo dos resultados das avaliações, pode-se realizar a análise dos referidos resultados que servirão de capital instrumento para aperfeiçoamento dos processos de ensino-aprendizagem da escola através da reflexão das práticas pedagógicas, a estrutura física das instalações da escola, a ação docente e as condições socioemocionais dos alunos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta fase do estudo, será comparado o trabalho do S3 e do Coordenador Pedagógico de escola de ensino básico referentes a gestão do ensino. Em seguida, serão examinadas as tarefas do S3 pesquisadas neste trabalho.

Para facilitar a comparação, preparou-se uma tabela com as atribuições do Coordenador Pedagógico, listadas por Libâneo (2004, p. 2019) na primeira coluna, e, em uma segunda coluna, com as atribuições referentes ao ensino da instrução militar designadas ao Chefe da 3ª Seção relatadas em RISG (2003, Art. 31), ambas já mencionadas neste trabalho na revisão da literatura. Desta forma, poder-se-á visualizar lado-a-lado as atribuições correlatas dos dois profissionais.

Coordenador Pedagógico	Chefe da 3ª Seção
Fonte: Organização e gestão da escola: teoria e prática, 5ª edição, p. 219	Fonte: Art. 31, RISG, 2003.
1. Responder por todas as atividades pedagógico-didáticas e curriculares da escola e pelo acompanhamento das atividades de sala de aula, visando a níveis satisfatórios de qualidade cognitiva e operativa do processo de ensino e aprendizagem.	I - planejar, organizar e coordenar, mediante determinação do Cmt U e com base nas diretrizes do escalão superior, toda a instrução da unidade;
3. Propor para discussão, junto ao corpo docente, o projeto pedagógico-curricular da unidade escolar.	VII - elaborar os documentos de instrução de sua responsabilidade e submetê-los à aprovação do Cmt U;
5. Prestar assistência pedagógico-didática direta aos professores, acompanhar e supervisionar suas atividades tais como: desenvolvimento de competências metodológicas, práticas avaliativas, gestão da classe, orientação da aprendizagem, diagnóstico de dificuldades, etc.	X - fiscalizar a instrução, a fim de propor medidas para obter o melhor rendimento da atividade;
7. Organizar as turmas de aluno, designar professores para as turmas, elaborar o horário escolar, planejar e coordenar o Conselho de Classe.	IX - preparar e coordenar os planos para: a) distribuição do pessoal recém-incluído no efetivo da unidade, com a colaboração do S1; XII - propor, com a colaboração do S1, a qualificação das praças de acordo com os resultados alcançados ao

	término do período de instrução individual;
8. Propor e coordenar atividades de formação continuada e de desenvolvimento profissional dos professores.	V - planejar e realizar a seleção das praças que devam ser matriculadas nos diversos cursos, em colaboração com o S1;
10. Acompanhar o processo de avaliação da aprendizagem (procedimentos, resultados, formas de superação de problemas, etc.).	VIII - reunir dados que permitam ao Cmt U acompanhar e avaliar o desenvolvimento da instrução da unidade;
12. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do plano pedagógico-curricular e dos planos de ensino e outras formas de avaliação institucional.	IX - preparar e coordenar os planos para: b) emprego e consumo dos meios auxiliares de instrução; e c) funcionamento dos diversos cursos e estágios da unidade;

Em conformidade com o exposto na tabela comparativa apresentada acima, acrescida dos demais dados elucidados anteriormente listou-se as atribuições de coordenação pedagógicas exercidas pelo S3:

- 1) Organiza o currículo ao definir OII junto ao Estado Maior da OM;
- 2) Acompanha a qualidade das instruções;
- 3) Reúne dados para diagnóstico da instrução;
- 4) Coordena a utilização dos meios auxiliares de instrução e dos locais para instrução entre as diversas turmas de instrução;
- 5) Planeja a utilização do tempo destinado a instrução;
- 6) Orienta, juntamente com os Cmt de Cia, os instrutores e monitores quanto as técnicas de ensino previstas no Manual do Instrutor (T21-250, 1997);
- 7) Toma conhecimento dos resultados das avaliações;
- 8) Determina as ações a serem realizadas para dirimir os revezes da aprendizagem;

- 9) Analisa as dificuldades e os fatores contributivos que ocorreram nas turmas de instrução anteriores para buscar a melhoria contínua do processo ensino-aprendizagem;
- 10) Promove reuniões para prevenir acidentes na instrução;
- 11) Designa militares para a realização de cursos, juntamente com o S1 da unidade, visando a formação continuada;
- 12) Organiza cerimônias como a entrega da boina para que ocorra a participação dos pais e da comunidade;
- 13) Conduz a Análise Pós Ação (APA) das instruções no terreno para ratificar ou retificar procedimentos observados;
- 14) Coordena todas as atividades pedagógicas da instrução.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos conhecimentos sobre as atribuições do S3 das unidades do Exército Brasileiro, contidas no RISG (2003) e do SIMEB (2019), e das contribuições sobre as competências do Coordenador Pedagógico das escolas de Ensino Básico, expressas em Libâneo em (1994) e (2004), verificou-se que as ações destinadas ao ensino da instrução militar desenvolvidas pelo S3 estão de acordo com as concepções pedagógicas da atualidade, tendo em vista que todas as atribuições do Coordenador Pedagógico são realizadas pelo S3.

Além disso, este estudo permitiu verificar que a sistemática de instrução militar do Exército Brasileiro é mais clara, objetiva e prática quanto aos procedimentos que devem ser adotados para a realização da gestão do ensino da instrução militar que as orientações expressas pelos teóricos da pedagogia verificados neste trabalho. Isso porque nas fontes bibliográficas pesquisadas sobre coordenação pedagógica observou-se que as teorias de ensino são direcionamentos e aconselhamentos, destinados aos gestores, arraigados na liberdade facultada às instituições de ensino para poderem conduzir seus trabalhos de gestão do ensino. Já a sistemática da instrução militar é mais objetiva ao apresentar modelos de documentação de planejamento e controle, de simples confecção, que servem como solução prática para a gestão do ensino, por exemplo: Dtz Instr¹⁷ , Quadro de Desenvolvimento da Instrução, QTS e o Rel

¹⁷ Diretriz de Instrução;

Instr¹⁸ . Além disso, explica, com detalhes, como deve ser realizada a avaliação e o registro da instrução.

Destaca-se que a Dtz Instr, o Quadro de Desenvolvimento da Instrução e o Rel Instr apresentam destinação semelhante ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, em virtude de ambos nortear o processo de ensino-aprendizagem. Desta forma, pode-se considerar que esses três documentos emitidos pela Direção da Instrução formam o PPP das OM do EB. Neste contexto, apresenta-se neste trabalho como sugestão de solução prática nos Anexos “A”, “B” e “D” os documentos citados acima para servir de modelo aos Coordenadores Pedagógicos da Instrução Militar.

O coordenador pedagógico da escola de ensino básico tem ampla liberdade para desenvolver da forma que for considerada melhor a gestão do ensino. No entanto, o excesso de flexibilidade, de forma geral, dificulta a execução de ações administrativas e de controle relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem. Além disso, também prejudica a ação de controle e fiscalização dos órgãos diretivos de ensino.

Por fim, ao comparar as atribuições do Coordenador Pedagógico da escola de ensino básico com as do S3 das organizações militares (OM) do Exército Brasileiro chega-se ao entendimento que a divulgação dos procedimentos realizados pelo Chefe da 3ª Seção da OM no meio acadêmico da pedagogia pode contribuir para o desenvolvimento dos trabalhos de gestão do ensino desempenhados pelo Coordenador Pedagógico no país, visto que este profissional poderá usufruir de procedimentos práticos e objetivos realizados no Exército Brasileiro referentes ao ensino que servirão para orientar suas ações.

Por outro lado, conclui-se também que o interesse e o conhecimento da área da Coordenação Pedagógica torna-se de fundamental importância para o desenvolvimento das ações de gestão do ensino previstas no Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB, 2019), uma vez que trata-se de um assunto menos explorado, devido ao hábito das organizações terem a tendência de realizar as atividades do modo tradicional, como é feito a muito tempo. Desta forma, o coordenador pedagógico terá a incumbência de modificar os antigos

¹⁸ Relatório de Instrução.

paradigmas da instrução da OM para implementar os atuais preceitos listados, principalmente, pelos Programas Padrão e o SIMEB.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. NBR 6023. **Informação e documentação – Referências – Elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. Chefe do Estado Maior do Exército. Portaria nº 092- EME, de 26 de setembro de 1997. Aprovar o Manual Técnico **T 21-250 - MANUAL DO INSTRUTOR**, 3ª Edição, 1997.

_____. Portaria nº 012 - EME, de 29 de janeiro de 2014. Aprovar o Manual de Fundamentos **EB20-MF-10.101 O EXÉRCITO BRASILEIRO**, 1ª Edição, 2014.

_____. Comandante de Operações Terrestres. Portaria nº 001 COTER, de 17 de março de 2004. Aprovar, em caráter experimental, o Caderno de Instrução **CI 20-10/4 O Instrutor de Corpo de Tropa**.

_____. Portaria nº 21 COTER, de 23 de maio de 2017. Aprovar o Caderno de Instrução de **Análise Pós-Ação (EB70-CI-11.413)**, Edição Experimental, 2017.

_____. Portaria nº 135 COTER, de 08 de novembro de 2018. Aprovar o **Programa de Instrução Militar para o ano de 2019 (EB70-P-11.001)**.

_____. Portaria nº 147 COTER, de 03 de dezembro de 2018. Aprovar o **Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB)**, Edição 2019.

_____. Portaria nº 9 COTER, de 06 de fevereiro de 2019. **Aprovar o Programa-Padrão de Instrução de Individual Básica (EB70-PP-11.001)**, 2ª Edição, 2019.

_____. Comandante do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada, 01 de março de 2017. Estabelece a **Diretriz de Instrução Militar para o ano de 2017** no âmbito do 16º Esqd C Mec.

_____. Comandante do Exército. Portaria nº 816, de 19 de dezembro de 2003. Aprovar o **Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (R-1)**.

FOURQUIN, J. O currículo entre o relativismo e o universalismo. **Educação e sociedade**, Campinas, n. 73, p. 47-70, 2000.

FRAGO, A. V. Escolano, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. [tradução Alfredo Veiga-Neto]. – 2ª Edição – Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Magistério. Série Formação do professor).

_____. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

RANGEL, M. Supervisão: do sonho à ação – uma prática em transformação. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**: da formação à ação. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

VEIGA, I. P. A. Projeto político pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1995.

VIEIRA, José G. S. **Metodologia de Pesquisa Científica na Prática**, 2012

ANEXO A

EXEMPLO DE DIRETRIZ DE INSTRUÇÃO MILITAR DA UNIDADE

1. FINALIDADE

- Orientar a IIB no âmbito U para o ano 2020.

2. OBJETIVOS

(...)

3. REFERÊNCIAS

(...)

4. SEGURANÇA

a. Deverá ser confeccionado o Formulário de Gerenciamento de Risco para as seguintes instruções: Armamento Munição e Tiro, Marchas e Estacionamentos; (...)

b. O Of de prevenção de Acidente na instrução deverá realizar uma instrução versando sobre maus tratos e outra sobre Fatores Contribuintes para Acidentes na Instrução Militar até _____.

5. GENERALIDADES

a. Matérias

1) Armamento Munição e Tiro

a) Evitar o desperdício de munição;

b) Controle do consumo de munição

(...)

9) Defesa do Aquartelamento

(...)

17) Justiça e Disciplina

a) As escolas de instrução deverão dar ênfase aos crimes de deserção, furto, tráfico, porte ou uso de entorpecente. Esta instrução deverá ser ministrada pelo Cmt de SU no auditório do Btl até _____.

19) Ordem Unida

a) Concurso de ordem unida;

(...)

25) Treinamento Físico Militar

a) Competições;

(...)

26) Utilização do Terreno

(...)

6. LOCAL DE INSTRUÇÃO

a. Campo de instrução

(...)

- O uso da área de instrução do Btl será regulada da seguinte forma:

b. Áreas civis

- A utilização de áreas particulares para a realização de instrução ocorrerá da seguinte forma:

(...)

c. Cuidados com o meio ambiente

(...)

d. Estande de tiro

a) Em virtude da proximidade do estande de tiro com o bairro _____, o tiro noturno deverá ser finalizado no máximo as 22h;

(...)

e. Campo de futebol

a) Deverá ser utilizado somente apenas para fins de práticas desportivas;

(...)

7. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

a. Os instrutores deverão dar ênfase as técnicas de instrução de demonstração e do exercício individual as matérias ministradas.

b. Na última instrução de cada matéria, deverá haver avaliação dos conhecimentos. O grau de cada militar deverá ser registrado e posteriormente encaminhado para o S3.

c. As gravações estão proibidas.

d. O Cmt da Cia C Ap deverá apresentar as condições para o uso do equipamento gerador de fumaça, (...)

e) A 1ª Cia E Cmb deverá ministrar a instrução de Defesa do Aquartelamento para todo o efetivo variável nos dias _____, _____, e _____. Assim, deverá apresentar os Planos de Seção das instruções até _____ para o S3. Essa instrução, deverá ocorrer no campo de futebol do Btl e deverá abordar dentre outros os seguintes casos: _____ (...)

f) A 2ª Cia E Cmb deverá fazer gestão com a ___ Cia Com para verificar a possibilidade de realização da instrução de comunicações com os rádios _____. Deverá comunicar o S3 sobre a possibilidade até _____.

g) O Cmt da Cia E Pnt deverá apresentar as condições dos meios de travessia ao S3 até _____

Local e data

Assinatura do Cmt

ANEXO B
EXEMPLO DE QUADRO DE DESENVOLVIMENTO DA INSTRUÇÃO
(SIMEB, 2019, p. 3-18 e 3-19)

QUADRO DE DESENVOLVIMENTO DA INSTRUÇÃO										
MATÉRIA	OII	SEMANAS								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
ATRIBUTOS DA ÁREA AFETIVA	001		1 h			1 h				
	002			1 h			1 h			
	(...)									
1. ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO	011	1 h								
	012	1 h						1 h	1 h	
	013	2 h	1 h							
	(...)									
2. BOAS MANEIRAS MILITARES	018	1 h								
	019		1 h							
	(...)									
(...)	(...)									
25. UTILIZAÇÃO DO TERRENO	072									2 h
	073				2 h					4 h
	(...)									
Feriados				24 h					8 h	
Dsl p/ Área de Instr			1 h							
Serviço de Escala			10 h	8 h	8 h	8 h	8 h	8 h	8 h	
À Dispo Cmt Cia				1 h	1 h	1 h	1 h	1 h	1 h	2 h
À Dispo Cmt Btl				4 h	2 h	2 h	2 h	2 h		2 h
Revisão da Instrução			1 h	2 h	1 h	2 h	1 h	2 h	1 h	2 h
HORAS - SOMA	Diurnas	40 h	40 h	44 h	40 h	36 h	36 h	36 h	36 h	40 h
	Noturnas	8 h	8 h	4 h	8 h	2 h	2 h	2 h	2 h	8 h

ANEXO C

VISTO:

S3
CMA
__ BE Cmb
1ª Cia E Cmb

QUADRO DE TRABALHO SEMANAL

PERÍODO
Instrução Individual Básica
02 a 06 de março de 2020

APROVO:

Cmt __ Batalhão de Engenharia de Combate
Nr 01
Ano: 2020

DATA	Hora	Turma Instr	Local	Uniforme	Instrutor	Matéria	OII	Objetivos da Sessão	Obs
02 MAR 20 (SEG)	07:45 às 09:30	1º Pel E Cmb	Área Btl	14º	Cmt 1ª Cia E Cmb	25. TFM	B - 101	- Participar do Treinamento Físico Militar	
		2º Pel E Cmb							
		3º Pel E Cmb							
	09:45 às 11:30	1º Pel E Cmb	Área SU	10º C2	Cmt 1º Pel E Cmb	19. Ordem Unida	B - 101	1. Executar movimentos de ordem unida: - entrar e sair de forma; - cobrir e alinhar; - movimentos a pé firme; - deslocamento em passo sem cadência; e - deslocamento em passo ordinário.	
		2º Pel E Cmb	Área SU		Cmt 2º Pel E Cmb				
		3º Pel E Cmb	Área SU		Cmt 3º Pel E Cmb				
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)		
(SEX)			Auditó rio	10º C2	Cmt 1ª Cia E Cmb	17. Jus Disc		- Distinguir crime militar de transgressão disciplinar; e - Identificar as consequências do crime militar.	

ANEXO D
MODELO DE RELATÓRIO DO PERÍODO DE INSTRUÇÃO BÁSICA
(SIMEB, 2019, p. C-1)

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2. PONTOS FORTES

3. OPORTUNIDADES DE MELHORIA

4. EFETIVO MATRICULADO E CONCLUDENTE DO PERÍODO

5. EFETIVO QUE REALIZOU O TAF E A QUANTIDADE DE CONCEITOS ACIMA DE “B” NO PERÍODO

6. EFETIVO QUE REALIZOU O TAT E A QUANTIDADE DE CONCEITOS ACIMA DE “B” NO PERÍODO

7. QUANTIDADE DE OBJETIVOS DE ADESTRAMENTO REALIZADOS E OS PREVISTOS

8. DOCUMENTOS QUE PRECISAM SER ATUALIZADOS OU ALTERADOS

(Ex: manuais de campanha, cadernos de instrução, diretrizes, programas-padrão de instrução, PIM, distribuição de tempo e carga-horária, entre outros).

9. ACIDENTES NA INSTRUÇÃO

10. PRÁTICAS DE INSTRUÇÃO CONSAGRADAS QUE POSSAM SER ÚTEIS NO ÂMBITO DA FORÇA TERRESTRE

11. MEDIDAS PROPOSTAS PARA MELHORIA DO SIMEB E PIM